

A EDUCAÇÃO INFANTIL NO MUNICÍPIO DE VITÓRIA DE SANTO ANTÃO:  
GESTÃO E CONCEPÇÃO

Adalgisa Leão Ferreira – UFPE/Fundaj  
Patrícia Maria Uchôa Simões – Fundaj

**RESUMO:** Os estudos sobre gestão escolar apontam que a autonomia da instituição de ensino e a participação da comunidade nas instâncias de decisão, tanto no nível da escola quanto no nível da gestão municipal, são fatores importantes para a melhoria da qualidade do ensino. O presente estudo teve como objetivo analisar o Plano Municipal de Educação e a inclusão da Educação Infantil nesse documento e as concepções do gestor municipal responsável pela Educação Infantil do Município de Vitória de Santo Antão. Para a análise das entrevistas focalizou-se a construção e organização dos PME e as concepções de infância e educação infantil do gestor municipal. Os resultados apontaram para uma convergência na concepção de Educação Infantil tanto nos PME quanto nas entrevistas com os gestores. No entanto, as formas de garantia e efetivação dessas concepções apresentaram-se imprecisas. Os resultados apontaram também para a falta de instrumentos de planejamento, execução e avaliação por parte da gestão municipal em relação à política educacional do município. O presente estudo pretende colaborar com elementos para o debate sobre a qualidade da Educação Infantil.

**Palavras-chave:** **Educação Infantil; Política Educacional; Qualidade da Educação; Gestão Educacional.**

## 1. INTRODUÇÃO

A história da Educação Infantil no Brasil é marcada por diferentes concepções de infância, desenvolvimento e educação, que direcionam as políticas educacionais, os programas de formação, as estratégias de gestão e as práticas em sala de aula.

Na década de 70, a concepção hegemônica era a de uma educação compensatória para as crianças de 0 a 6 anos, com objetivo de suprir as carências culturais, as deficiências linguísticas e as defasagens afetivas das crianças provenientes das camadas populares. Essa orientação era influenciada por agências internacionais dos Estados Unidos e Europa e os documentos oficiais do Ministério da Educação e Cultura (MEC) defendiam a ideia de que a pré-escola poderia salvar a escola dos problemas relativos ao insucesso escolar (KRAMER, 2006; KUHLMANN JR, 2000).

A partir da década de 1980, a concepção de criança como sujeito de direito à educação ganha força no debate nacional sobre a Educação Infantil. O reconhecimento desses direitos é afirmado na Constituição de 1988, no Estatuto da Criança e do Adolescente e na Lei de Diretrizes e Bases de 1996, que instituiu a Educação Infantil como parte da educação básica (KISHIMOTO, 1999; KRAMER, 2006).

No que diz respeito às políticas educacionais para a consolidação desse direito à educação, ampliação da oferta e da qualidade dos serviços prestados, foi importante a inserção da Educação Infantil no Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e de Valorização dos Profissionais da Educação – FUNDEB, a municipalização dos sistemas de educação e as políticas articuladas a nível nacional em regime de colaboração (KRAMER, 2006). Dessa maneira, a Educação Infantil vem se consolidando como uma etapa importante do Ensino Básico.

Os estudos que focalizam a Educação Infantil evidenciam que essa modalidade de ensino é uma das que mais retribuem à sociedade os recursos nela investidos. Daí a importância de pesquisas que façam diagnósticos da realidade da Educação Infantil no país, para a orientação, definição e atualização das políticas públicas para essa modalidade de ensino (BRASIL, 2006; KRAMER, 2006).

Pretendendo contribuir para essa discussão, o presente estudo tem como objetivo trazer dados acerca da realidade da Educação Infantil em municípios de Pernambuco.

#### Estudos Sobre Infância e Educação Infantil

Os estudos sobre a infância numa perspectiva sociológica, que consideram a criança como protagonista e a infância como construção social são recentes no Brasil e as pesquisas nessa área ainda são escassas. Só a partir da década de 80, a infância passa a ser um campo de estudo conceitualmente autônomo, enfatizando a necessidade de uma produção científica tão sólida quanto a de outras categorias sociais (FERREIRA, 2002).

As contribuições desse novo paradigma são identificadas na mudança de visão que se tinha das crianças: de seres incompletos, em transição, para sujeito social, capaz de negociar, compartilhar, criar e modificar culturas (DELGADO & MÜLLER, 2005; SARMENTO & PINTO, 1997). Nesse novo paradigma, a criança passa a ser considerada a partir de uma perspectiva sócio-histórico-cultural.

De acordo com essa mudança paradigmática em relação à concepção de criança e Educação Infantil, o MEC, em documentos oficiais, afirma que:

As formas de ver as crianças vêm, aos poucos, se modificando, e atualmente emerge uma nova concepção de criança como criadora, capaz de estabelecer múltiplas relações, sujeito de direitos, um ser sócio-histórico, produtor de cultura e nela inserido. Na construção dessa concepção, as novas descobertas sobre a criança, trazidas por estudos realizados nas universidades e nos centros de pesquisa do Brasil e de outros países, tiveram um papel fundamental. Essa visão contribuiu para que fosse definida, também, uma nova função para as ações desenvolvidas com as crianças, envolvendo dois aspectos indissociáveis: educar e cuidar (MEC, 2006, p.8).

A Sociologia da Infância trouxe contribuições para a organização do cotidiano e das práticas nas instituições de Educação Infantil, na medida em que afirma as crianças como atores sociais, participantes de trocas e interações no processo educativo, autoras e protagonistas. Nessa perspectiva, ressaltam-se a importância da escola e das vivências do contexto escolar e a importância e a necessidade de um trabalho educacional – com uma proposta pedagógica de ação intencional – para essa faixa etária (BRASIL, 2006; CORSARO, 1997; DELGADO & MÜLLER, 2005; JAVEAU, 2005).

#### Qualidade da Educação Infantil

Os estudos na área educacional e os documentos oficiais, como a LDB/96 e o PNE, também revelam a importância de padrões de qualidade no ensino e estão pautados nas concepções de infância e Educação Infantil, já citadas anteriormente. Observa-se, no entanto, que há dificuldades na definição de um padrão único, porque conforme Dourado & Oliveira (2009):

Qualidade da educação é um conceito polissêmico e multifatorial, pois a definição e a compreensão teórico-conceitual e a análise da situação escolar não podem deixar de considerar as dimensões extraescolares que permeiam tal temática, nem as dimensões intraescolares, nessa ótica, devem considerar os diferentes atores, a dinâmica pedagógica (2009, p. 7).

As dimensões extraescolares dizem respeito às condições culturais e socioeconômicas dos envolvidos, as políticas públicas, às concepções de gestão, à ampliação da obrigatoriedade, da oferta e da permanência, implementação de um sistema de avaliação e a definição de diretrizes nacionais para os níveis e modalidades de ensino (DOURADO & OLIVEIRA, 2009).

As dimensões intraescolares são caracterizadas pelas instalações adequadas do ambiente escolar, equipamentos em quantidade, qualidade e condições de uso, condições de acessibilidade, planejamento, monitoramento e avaliação dos programas e projetos desenvolvidos na escola, gestão democrática e participativa, Projeto Político Pedagógico construído coletivamente, titulação e qualificação adequada dos docentes, vínculo efetivo e plano de carreira (DOURADO & OLIVEIRA, 2009).

Esses autores também consideram os aspectos objetivos e subjetivos da qualidade da educação. Os aspectos objetivos dizem respeito aos custos básicos de manutenção e desenvolvimento, condições objetivas da organização escolar e avaliação da qualidade da educação por meio de aproveitamento ou rendimento escolar. Os aspectos subjetivos caracterizam a gestão financeira, administrativa e pedagógica, os juízos de valor que orientam o trabalho escolar e a visão dos agentes escolares e da comunidade sobre as finalidades do trabalho desenvolvido na escola (DOURADO & OLIVEIRA, 2007).

Compartilhando dessa mesma perspectiva, o MEC afirma nos Parâmetros de Qualidade para a Educação Infantil, que discutir qualidade da educação no contexto brasileiro do ponto de vista do respeito à diversidade das crianças, implica enfrentar e encontrar caminhos para superar as desigualdades e elaborar programas de boa qualidade (BRASIL, 2006, p. 23).

Assim, em decorrência da inserção da Educação Infantil na Educação Básica, o MEC estabelece que para a melhoria da qualidade, que a formação exigida para o profissional que atua com essa faixa etária passa a ser a mesma daquele que trabalha nas primeiras séries do Ensino Fundamental, que a infraestrutura deve ser adequada a faixa etária das crianças, ainda que através de reformas e adaptações, além de ambientes instrutivos de aprendizagens, com recursos pedagógicos adequados e formação continuada em serviço para os profissionais (BRASIL, 2006, p. 28).

Essas recomendações são o reflexo de discussões iniciadas ainda na década de 80, e fruto do amadurecimento das concepções acerca de qualidade e Educação Infantil, resultando em políticas públicas para as crianças da primeira infância.

As Políticas Educacionais e a Educação Infantil

Também a partir da década de 80, foram intensificadas as discussões sobre a estrutura descentralizada da educação básica. Essas discussões resultaram na configuração do regime de colaboração, com uma maior autonomia dos municípios na organização de seus sistemas de ensino e de sua política educacional. Essas últimas medidas foram garantidas pela Constituição Federal de 1988 (SOUZA & FARIA, 2004).

No entanto, é importante lembrar que a definição das competências dos municípios para a instituição de seus sistemas de ensino, só foi sistematizada a partir da nova Lei de Diretrizes e Bases (LDB/96) e que essa maior autonomia dos municípios acarretou também maiores responsabilidades e desafios, tais como: participação efetiva no regime de colaboração, previsão da educação do município como capítulo específico na formulação das Leis Orgânicas, elaboração dos Planos Municipais de Educação (PMEs), constituição de seus Conselhos Municipais de Educação (CMEs) e também acompanhamento e controle social (SOUZA & FARIA, 2004).

Em 2001, foi aprovado pelo Congresso Nacional o atual Plano Nacional de Educação, fruto da Constituição de 1988 e da intensa participação da sociedade civil organizada e dos profissionais da educação. O PNE é um plano com dimensão além de governos e de responsabilidade de todos os entes federativos e prevê a elaboração de planos municipais e estaduais.

Segundo Bordignon (2009):

Os planos estaduais e municipais definem a participação dos respectivos entes federados, em seu âmbito próprio de atuação, em regime de colaboração, para o alcance de objetivos e metas nacionais (p. 91).

Dessa maneira, o Plano Municipal de Educação se configura como instrumento de gestão para tornar efetiva a cidadania e é baseado nas diretrizes do Sistema Municipal de Educação. Sem um plano municipal não há uma visão de Estado nas ações desenvolvidas pelo município. O PME deve permitir a programação das ações e estratégias, dos recursos, dos atores e dos processos da gestão municipal para a realização das transformações rumo à cidadania (BORDIGNON, 2009).

O PME tem sua eficácia relacionada à participação dos principais agentes envolvidos com a educação do município e que estejam sob a coordenação do Conselho Municipal de Educação. Ressalta-se que, apesar do PME não se configurar como uma

exigência legal, se constitui como importante instrumento para a orientação e gestão dos Sistemas Municipais de Educação, como um instrumento de planejamento e execução dos objetivos e metas do município acerca da cidadania e da melhoria da qualidade da educação (BORDIGNON, 2009; SOUZA & FARIA, 2004).

No nível das instituições escolares, o objeto de política educacional que visa à construção da autonomia e implantação de relações democráticas nas escolas públicas é o Projeto Político Pedagógico – PPP (MARQUES, 2003).

Trata-se de um documento que norteia as ações desenvolvidas dentro da escola e é de grande importância para consolidar a participação da comunidade escolar, inclusive em sua construção. A elaboração coletiva do PPP tem um teor emancipatório das ações desenvolvidas pelo corpo escolar. Sendo a atividade pedagógica partilhada por todos, deve ser um documento aberto a reformulações que correspondam às necessidades dos agentes envolvidos (ISSA & SARAIVA, 2008; MARQUES, 2003).

A participação nas instâncias de decisão e no cotidiano escolar são elementos importantes, porque contribuem para o exercício de uma gestão democrática da educação e emergem do conhecimento que se adquire em conjunto e nas práticas diárias (ISSA & SARAIVA, 2008).

O presente estudo pretende analisar a inclusão da Educação Infantil no instrumento organizacional da educação no nível municipal, o PME, e as concepções de infância e educação dos gestores municipais através da intervenção nas instituições escolares para a orientação e construção do PPP, considerando que esses instrumentos são a materialização das concepções acerca da educação infantil, da infância e da cidadania.

## 2. OBJETIVOS

- Analisar a inclusão da Educação Infantil no Plano Municipal de Educação do município de Vitória de Santo Antão;
- Analisar as orientações da secretaria de educação quanto à elaboração dos Projetos Político Pedagógicos das instituições de Educação Infantil;
- Analisar as concepções de infância e educação infantil do gestor municipal.

### 3. MATERIAIS E MÉTODOS

A metodologia consistiu de duas etapas: pesquisa documental e pesquisa de campo. A pesquisa documental analisou o Plano Municipal de Educação do município em questão e a pesquisa de campo identificou a concepção do gestor municipal responsável pela Educação Infantil.

Foi realizada uma entrevista semiestruturada com o responsável pela gestão da Educação Infantil do município de Vitória de Santo Antão, que foi gravada e posteriormente transcrita.

O documento solicitado para a pesquisa foi o Plano Municipal de Educação, tendo em vista a sua importância para o planejamento, organização e avaliação da Educação dos municípios. A análise dos documentos partiu das orientações do MEC para a elaboração do PME no que se refere ao conteúdo e a organização, focalizando o modo de inclusão da Educação Infantil nesse documento. Para a análise das entrevistas foi utilizada a Análise de Conteúdo Categorical.

### 4. RESULTADOS

#### 4.1. Análise Documental – PME

De acordo com o Documento Norteador para a Elaboração dos Planos Municipais de Educação (BRASIL, 2007), o conteúdo do documento deve conter os seguintes capítulos: Diagnóstico, Diretrizes, Objetivos e Metas.

O diagnóstico deve contemplar uma caracterização objetiva e precisa dos problemas da educação do município, com base em estudos e em dados órgãos oficiais. Nas diretrizes, com base na realidade local e de acordo com o PNE, devem ser traçadas as ações político-pedagógicas para o município. Os objetivos e metas devem ter um caráter particularizado, definidos em quantidades precisas e em um determinado espaço temporal (BRASIL, 2007).

O PME do município, afirma, no Diagnóstico, que o atendimento às crianças de 0 – 6 anos ainda é precário. Dentre essa faixa etária, o atendimento é maior em pré-escola do que em creche. A rede municipal atende um número de crianças maior que a

rede privada e a zona urbana têm maior número de matrículas em relação à zona rural, segundo dados do Censo Escolar de 2005.

Esse documento enfatiza a importância da formação dos profissionais de educação. No entanto, apesar do incentivo à formação superior apresentado no documento através de programas de formação, como por exemplo, o Programa de Graduação em Pedagogia – PROGRAPE, a gestão municipal ainda vem dando prioridade aos programas de formação continuada, como percebe-se texto a seguir retirado do documento:

Uma das prioridades do município tem sido a formação continuada dos docentes, mediante a realização de: seminários, encontros, minicursos, participação em congressos (PME do município de Vitória de Santo Antão, p. 26).

O documento menciona, sem uma referência quantitativa, os problemas relacionados à falta de materiais, mobiliários e as dificuldades de infraestrutura.

Nas Diretrizes do PME, é destacado o papel da Educação Infantil no desenvolvimento pleno das crianças de 0 a 6 anos, conciliando suas funções de cuidar e educar e a importância dessa etapa do ensino no desenvolvimento das crianças.

Os Objetivos e Metas apresentam como primeiro ponto, a ampliação da oferta da Educação Infantil para 100% das crianças em idade de creche e 80% em idade de pré-escola até o final da década. Também são apresentados temas já discutidos sem que estejam explicitadas as metas quantitativas relacionadas a eles, como: a adequação da infraestrutura e recursos pedagógicos, implantação do sistema de ensino fundamental de 9 anos. Observa-se, também, a ausência da menção à formação dos profissionais de educação infantil.

#### 4.2. Análise da Entrevista

- Perfil da Entrevistada: A gestora tem 43 anos e trabalha há 24 anos como professora das séries iniciais do Ensino Fundamental. Está na função de supervisora da Educação Infantil há oito meses. Tem formação inicial em História e especialização



também em História. A entrevistada afirmou participar de formação continuada para o cargo que exerce.

- Projeto Político Pedagógico

A gestora afirmou que há orientação na construção dos PPP das escolas municipais. Além da coordenação, também participam o departamento jurídico e orçamentário da secretaria da educação, conforme ilustra a fala a seguir:

Mas nós temos equipes bem divididas, bem separadas com cargos e funções, a parte jurídica, orçamentária, que geralmente se reúnem para a elaboração desses projetos. Isso eu posso garantir porque eu fiz parte disso. E é uma equipe que se conhece, uma equipe que na grande maioria já trabalha com educação há muitos anos, forte, voltada para educação (Gestor Municipal).

A gestora não mencionou se a secretaria avalia os PPP depois de elaborados pelas instituições escolares.

- Gestão e Concepção de Educação Infantil

A gestora municipal afirmou que existe equipe pedagógica de acompanhamento – que é responsável pelo levantamento do nível de formação dos professores, pelas formações continuadas para a Educação Infantil, pelo número de escolas (zona rural e urbana), pelo levantamento de materiais didáticos e recreativos, dentre outras atribuições. No município a equipe pedagógica atua tanto na sede da secretaria quanto em visitas periódicas às unidades escolares.

A gestora afirmou que município oferece formação continuada para os professores da Educação Infantil e que a frequência das reuniões é mensal. O conteúdo dessas formações não foi mencionado pela gestora.

O município não afirmou fazer encontros de avaliação e planejamento do cotidiano escolar junto às instituições de Educação Infantil. Também não mencionou trabalhar de forma articulada com os demais integrantes da comunidade escolar.

Quanto à infraestrutura, a gestora afirmou que há inadequação dos espaços físicos, do mobiliário e do material pedagógico. Além disso, a gestora afirmou que na zona rural do município existem salas com realidade multiseriada e na zona urbana existe uma turma com essa situação:

É que nós temos realmente sítios, localidades afastadas do centro, é o campo realmente, onde eles tem as turmas multiseriadas. Onde o professor tem que se desdobrar em mais de uma série, com percentuais de dois, três alunos de Educação Infantil nesse espaço. Então a gente vai precisar chegar muito perto desse professor, um atendimento muito específico para ele. Porque na zona urbana, nós temos apenas uma escola, uma turma na verdade, de uma escola no centro da cidade, que é multiseriada, todas as outras são turmas fechadas com Educação Infantil, que no máximo mesclam alunos de 4 e 5 anos (Gestora Municipal)

Quanto ao atendimento em Educação Infantil, o município não oferta creche, conforme ilustra a fala a seguir:

Nós temos uma escola que tem alunos com idade de creche mas que não funciona em horário integral e com todas as necessidade básicas que uma creche precisa (Gestora Municipal).

Quanto ao Plano Municipal de Educação, a gestora afirmou que o documento contempla a Educação Infantil com uma seriedade muito grande, conforme mostra a fala a seguir:

É como eu já havia dito à você, com uma seriedade muito grande, por conta dos fóruns que nós participamos e levamos ao conhecimento dos gestores, e os levantamentos que já são pedidos por eles, pela secretária de educação, em prol de melhorar e de atingir os planos e metas desse projeto. Desde o mobiliário à formação do professor. Ao cumprimento dos indicadores de qualidade. Há uma preocupação geral (Gestora Municipal).

No que se refere diretamente à concepção de Educação Infantil, a gestora afirmou a importância dessa modalidade de ensino por considerá-la como base e que a inclusão da Educação Infantil é fator inclusive de valorização profissional:

Hoje nós vemos que a Educação Infantil ela faz parte da base, da educação básica, o que nos alegra muito porque uma das queixas do nosso professorado é que elas são vistas pelas próprias colegas professoras como uma profissional que não faz nada, uma profissional que só brinca com os seus alunos, quando na realidade nós vemos hoje que toda a base para problemas de ordem social enfrentados na séries iniciais, ele pode ser atenuado nessa fase da educação básica, na Educação Infantil [...]a importância da Educação Infantil como base. É ali que ela vai aprender a não ser violenta, a ser sociável, vai aprender a partilhar e toda uma gama que eu acho, principalmente da parte social dessas crianças que nós enfrentamos nas séries iniciais do fundamental, eu acho que pode ser atenuado com uma educação básica bem trabalhada (Gestora Municipal).

Como prioridade para a gerência da Educação Infantil, a gestora mencionou com ênfase, o suporte aos professores, ainda que o aluno seja o foco da Educação Infantil.

## 5. CONCLUSÕES

Quanto à organização do PME, observa-se que o documento analisado está organizado de acordo com a estrutura temática, que permite abranger todos os níveis e modalidades de ensino, como recomenda o MEC. Dessa maneira, os capítulos são divididos em elementos já citados anteriormente: Diagnóstico, Diretrizes e Objetivos e Metas.

Apesar do documento apresentar essa divisão, não dispõem do conteúdo requerido pelo MEC. Há imprecisão, ausência e desatualização na apresentação dos dados quantitativos: períodos, datas, número de professores e as respectivas titulações, número de escolas, número de Centros de Educação Infantil, número de atendimento em creche, dentre outros. Também foram observadas imprecisões na definição dos objetivos e metas para o período de vigência dos planos.

Observa-se que as concepções de infância e Educação Infantil presentes no documento são consonantes com a perspectiva da Sociologia da Infância, e da concepção afirmada pelo MEC. No entanto, os mecanismos e as estratégias para a garantia e efetivação dessas concepções não estão claramente expostos.

Quanto à entrevista com o gestor municipal, observa-se que mesmo com equipe pedagógica de acompanhamento no entanto, quando observada a frequência das reuniões/visitas às escolas, percebe-se que o trabalho da equipe não possibilita um acompanhamento efetivo das atividades desenvolvidas nas escolas.

Outro ponto a ser destacado é que o fato do gestor afirmar a existência de formação continuada, mas não mencionar os temas que são tratados nessas formações: se são temas propostos pelos professores de acordo com as suas necessidades, se são temas voltados para a Educação Infantil, se estão de acordo com as novas perspectivas do debate da Educação Infantil, dentre outros.

No que se refere à infraestrutura das instituições, observa-se que há inadequação dos espaços e dos materiais pedagógicos para a Educação Infantil. Há falta de

adequação dos espaços, do mobiliário, dos recursos pedagógicos e dos recursos humanos, tendo em vista que a formação do professor e dos demais profissionais da comunidade escolar, é um item de muita relevância para a melhoria da qualidade da educação.

No que se refere à concepção de Educação Infantil do gestor, observa-se que este ainda a considera como compensatória e preparatória para o Ensino Fundamental, na medida em que afirma que a partir da Educação Infantil, os problemas enfrentados nas séries iniciais podem ser atenuados e que nessa etapa da educação básica a criança aprende a se tornar sociável, não violenta, dentre outras habilidades que comprovam o afastamento das concepções que consideram a criança como foco das ações educativas no interior das instituições de Educação Infantil, por se configurar como etapa importante para o desenvolvimento integral das crianças.

Na análise da entrevista, também se verificou que faltam instrumentos e procedimentos de avaliação por parte da gestão. Como a gestão pode traçar metas e/ou ver os resultados das ações que estão sendo executadas, se não existem instrumentos adequados para isso? Tendo em vista que o PME do município também não traz os dados inerentes à esse planejamento e à avaliação.

Como se pode observar, como conclusão, os dados analisados nos trouxeram muitas questões. O presente estudo pretende que essas questões se transformem em elementos para a compreensão das dificuldades e carências que os gestores vivenciam no seu cotidiano e ter contribuído para a reflexão sobre as necessidades para o alcance de uma melhoria na qualidade na gestão da educação infantil.

## 6. REFERÊNCIAS

BORDIGNON, G. **Gestão da Educação no Município: sistema, conselho e plano**. São Paulo: Ed. Instituto Paulo freire, 2009.

BRASIL. **Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional**. LEI N°. 9.394, de 20 de dezembro de 1996. D.O.U. de 23 de dezembro de 1996.

\_\_\_\_\_. Ministério da Educação. Secretaria de Educação Básica. **Documento norteador para elaboração de Plano Municipal de Educação – PME**. Brasília: 2005.

\_\_\_\_\_. Ministério da Educação. Secretaria de Educação Básica. **Parâmetros Nacionais de Qualidade para a Educação Infantil**. vol. 1. Brasília: 2006.

CORSARO, W. **Sociologia da Infância**, Califórnia: Pine Forge, 1997.

DELGADO, Ana Cristina; MÜLLER, Fernanda. Sociologia da Infância: pesquisa com crianças. **Educação e Sociedade**, vol. 26, n. 91. Campinas, 2005.

DOURADO, Luiz Fernando; OLIVEIRA, João Ferreira. **A qualidade da educação: conceitos e definições**. Brasília: Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira, 2007.

\_\_\_\_\_. A Qualidade da Educação: perspectivas e desafios. **Cadernos Cedes**. Campinas: vol. 29, n. 78, p. 201-215, maio/ago. 2009.

FERREIRA, Manuela. **A gente aqui o que gosta mais é de brincar com outros meninos! – as crianças como atores sociais e a (re)organização social do grupo de pares no cotidiano de um jardim de infância**. Portugal – Faculdade de Psicologia e Ciências da Educação, Porto, 2002.

ISSA, M. H. C.; SARAIVA, R. A. Projeto Político-Pedagógico de Escolas Infantis: a gestão como base para sua construção e efetivação. **Ciências e Letras**. Porto Alegre, v. 43, p. 85-98, 2008.

JAVEAU, Claude. Criança, Infância(s), Crianças: que objetivo dar a uma ciência social da infância? **Educação e Sociedade**, vol. 26, n. 91. Campinas: 2005.

KISHIMOTO, Tizuko Morchida. Política de formação profissional para a educação infantil: Pedagogia e Normal Superior. **Educação e Sociedade**. [online]. vol.20, n.68, pp. 61-79. 1999.

KRAMER, Sonia. As crianças de 0 a 6 anos nas políticas educacionais no Brasil: educação infantil e/é fundamental. **Educação e Sociedade**. [online], vol.27, n.96, pp. 797-818, 2006.

KUHLMANN JR., M. Histórias da educação infantil brasileira. **Revista Brasileira de Educação**, p. 5-14, Mai/Jun./Jul/Ago., 2000.

MARQUES, Luciana Rosa. O projeto político pedagógico e a construção da autonomia e da democracia na escola nas representações sociais dos conselheiros. **Educação e Sociedade**. [online].vol.24, n.83, pp. 577-597, 2003.

SARMENTO, Manuel; PINTO, Manuel. **As crianças – Contextos e Identidades**. Braga: IEC/Universidade do Minho, 1997.

SOUZA, Donaldo Bello de; FARIA, Lia Ciomar Macedo de. Reforma do estado, descentralização e municipalização do ensino no Brasil: a gestão política dos sistemas públicos de ensino pós-LDB 9.394/96. **Ensaio: Aval.Pol.Públ.Educ**. vol.12, n.45, 2004.